PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATOrd 0003338-83.2013.5.02.0021
RECLAMANTE: JOAO PAULA DE LIMA (ESPÓLIO DE)
RECLAMADO: OCTD INDUSTRIA DE PANIFICACAO LTDA E OUTROS (2)

Edital de Leilão Judicial Unificado

21ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP

Processo nº 0003338-83.2013.5.02.0021

O(A) Juiz(a) do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 03/12/2026, às 10:27 horas, através do portal do(a) leiloeiro(a) Cleber Cardoso Pereira - www.clebercardosoleiloes.com.br - serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **JOAO PAULA DE LIMA, CPF: 006.248.048-01 , exequente, e OCTD INDUSTRIA DE PANIFICACAO LTDA, CNPJ: 74.597.246/0001-29; CARLOS ALBERTO D AMICO, CPF: 531.943.068-04; DANILO D AMICO, CPF: 226.057.058-54,** executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

VEÍCULO PLACAS FCM4320, RENAVAM 0102764760, CHASSI Nº 93HGK5860FZ230242, CPF/CNPJ DO PROPRIETÁRIO Nº 226.057.058-54. DESCRIÇÃO: AUTOMÓVEL HONDA/FIT EX CVT, ANO/MODELO 2014/2015, COMBUSTÍVEL ALCOOL /GASOLINA, COR BRANCA. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o oficial de justiça que: "(Id: aad02cd) O automóvel se encontra em péssimas condições de uso e conservação, com algumas avarias na lataria e no retrovisor, com borrachas dos limpadores e internas totalmente secas, não apresentando, contudo, até onde pude visualizar, sinais de oxidação. O veículo se encontra com pneus totalmente murchos e com danificações, com bateria sem qualquer carga (totalmente arriada), não sendo possível o destravamento das portas através da chave, mas tão somente pelo uso mecânico. Os estofamentos e toda a parte interna se encontram aparentemente preservados, com algum desbotamento, porém, totalmente impregnados de sujeira e mau cheiro. O motor se encontra visualmente preservado. Entretanto, não foi possível o teste de ignição, tendo em vista a ausência de carga elétrica da bateria. Por todo acima exposto, levando-se em conta o estado do veículo, bem como o elevado custo em eventuais

PJe Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 17:00:02 - c752cf1

recuperações, reparos, trocas de peças e limpeza geral, procedi à Reavaliação do automóvel"; 2) (Id: f806cb0) Há débitos de multa no valor de R$ 654,02, débitos de IPVA no valor de R$ 2.103,85 até a data de 03/03/2026, Consta Bloqueio Judicial - Renajud e Restrição por veículo guinchado VEICULO APREENDIDO; 3) Nos termos do art. 79, §§ 6º e 7º da Consolidação das Normas da Corregedoria (provimento GP/CR nº 04/2026), o adquirente ficará isento dos débitos tributários cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse dos bens e direitos adquiridos em leilão judicial ou por iniciativa particular, inscritos ou não na dívida ativa, bem como dos débitos não tributários de natureza propter rem relativos ao referido bem, que se sub-rogarão no preço da aquisição, observada a ordem de preferência. Valor Total da Avaliação do Veículo em R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Local dos bens: Avenida Presidente Wilson, 6752 (DETRAN - Pátio de Apreensão Presidente Wilson) - Vila Independência - São Paulo/SP

Total da avaliação: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Lance mínimo do leilão: 30%

Leiloeiro(a) Oficial: Cleber Cardoso Pereira

Comissão do(a) Leiloeiro(a): 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica, nos termos dos artigos 79 e seguintes da Consolidação das Normas da Corregedoria - CNC do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Provimento GP/CR nº 04/2026).

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao(à) leiloeiro(a), por e-mail juridico01@clebercardosoleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão, no entanto, a oferta de lances deverá ser feita diretamente no site do(a) leiloeiro(a).

O(a) arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do(a) leiloeiro(a), calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do(a) leiloeiro(a) será paga diretamente a

ele(a) mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o(a) arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O(a) arrematante interessado(a) em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do(a) leiloeiro(a), com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte a cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante em até **10 (dez) parcelas mensais**, as quais serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo(a) Juiz(a) Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo(a) Juiz(a), ou no caso da sua não apresentação ao(à) Leiloeiro(a) no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o(a) arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

PJe Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 17:00:02 - c752cf1

g) O inadimplemento autoriza o(a) exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do(a) leiloeiro(a) oficial ou de quem este(a) indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o(a) leiloeiro(a) oficial o compromisso de depositário(a) fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 16 de outubro de 2026.

JOAO CARLOS DA VEIGA
Servidor

Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 17:00:02 - c752cf1
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26101616595763300000493567374?instancia=1
Número do processo: 0003338-83.2013.5.02.0021
Número do documento: 26101616595763300000493567374